



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 10 | Outubro 2013



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Outubro de 2013

Elaborado com informação disponível até ao dia 28 de outubro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2013

De acordo com a segunda notificação de 2013 do Procedimento dos Défices Excessivos, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística a 30 de setembro, os valores do défice orçamental e da dívida pública das Administrações Públicas, relativos a 2012, situaram-se nos 6,4% e 124,1% do PIB, respetivamente (Quadro 1).

Quadro 1: Indicadores Orçamentais (PDE)				
	2009	2010	2011	2012
Saldo Global				
1. Notificação de Setembro de 2013	-10,2	-9,8	-4,3	-6,4
2. Notificação de Março de 2013	-10,2	-9,8	-4,4	-6,4
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,1	0,0
Saldo Primário				
1. Notificação de Setembro de 2013	-7,3	-7,0	-0,3	-2,1
2. Notificação de Março de 2013	-7,3	-7,0	-0,4	-2,0
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,1	-0,1
Juros				
1. Notificação de Setembro de 2013	2,8	2,8	4,0	4,3
2. Notificação de Março de 2013	2,8	2,8	4,1	4,4
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	-0,1
Dívida Pública				
1. Notificação de Setembro de 2013	83,7	94,0	108,2	124,1
2. Notificação de Março de 2013	83,7	94,0	108,3	123,6
Diferença (1-2)	0,0	0,0	-0,1	0,5

Fonte: INE, Notificação do Procedimento de Défices Excessivos de 28 de março de 2013 e de 30 de setembro de 2013.

Em 2012, o défice das Administrações Públicas, relevante para efeitos do Programa de Ajustamento Económico (PAE), situou-se em 4,7% do PIB, respeitando o limite acordado (5% do PIB). Contudo, excluindo a operação extraordinária de venda da concessão da ANA e considerando o aumento do capital social da CGD (como despesa de capital), as reclassificações relativas à entidade pública Sagestamo e as imparidades nos ativos dos Veículos de Finalidade Especial do BPN, o défice atinge os 6,4% do PIB.

O saldo orçamental excluindo as medidas pontuais, nomeadamente, a sobretaxa extraordinária em sede de IRS, a transferência do fundo de pensões do BPN, o leilão de licenças 4G, a recapitalização da CGD, o re-routing de conversão de suprimentos concedidos pela Parpublica em aumento de capital na Sagestamo S.A. e as imparidades associadas à transferência de ativos do BPN para as empresa Parvalorem S.A. e Parups S.A., situou-se nos -5,8% do PIB, em 2012 (Quadro 2).

Quadro 2: Saldo global excluindo medidas pontuais				
	2009	2010	2011	2012
Saldo global excl. medidas pontuais	-10,2	-9,2	-7,3	-5,8

Fonte: Ministério das Finanças.

Para 2013, os limites do défice orçamental estabelecidos foram revistos de 4,5% para 5,5% do PIB no sétimo exame regular do PAE. A revisão decorre, essencialmente, da revisão em baixa das perspetivas macroeconómicas, como a queda do investimento nos primeiros trimestres do ano, da procura interna e a evolução menos favorável do mercado de trabalho, com impactos diretos nas receitas fiscal e contributiva, estimando-se uma receita inferior à inicialmente prevista, e aumento das despesas com prestações sociais, em particular com o subsídio de desemprego.

No que respeita ao rácio da dívida, em 2012, as reclassificações estatísticas, tiveram impacto de 0,6 p.p. do PIB, situando-se em 123,6% do PIB.

Em 2013, estima-se que a dívida pública atinja os 127,8% do PIB, sendo a sua evolução explicada pelo efeito juros e pelo reforço da estabilidade financeira do Banif, no montante de 700 milhões de euros, assim como pelos empréstimos no âmbito do PAEL, no valor de 63,7 milhões de euros.

Em 2012, a generalidade dos países europeus manteve a trajetória de consolidação orçamental, traduzindo-se numa redução do défice público, quer para a área do euro, quer para o conjunto da União Europeia (Quadro 3).

Quadro 3: Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia

(% do PIB)

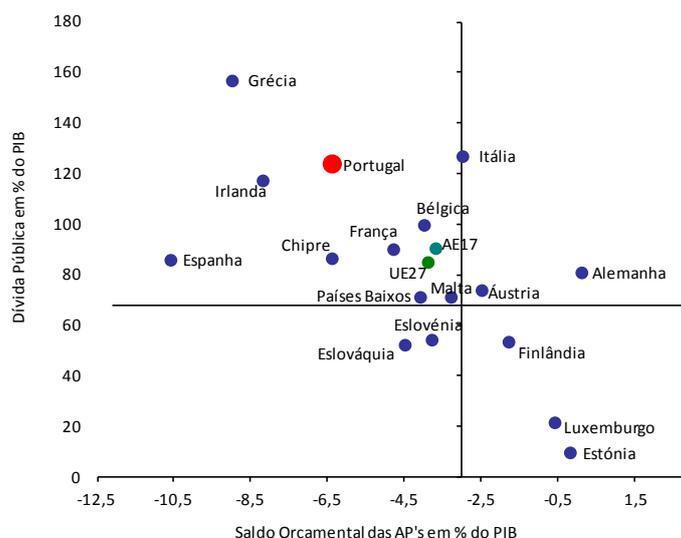
	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
União Europeia	-6,9	-6,5	-4,4	-3,9	74,3	79,8	82,3	85,1
Área do euro	-6,4	-6,2	-4,2	-3,7	80,0	85,4	87,3	90,6
Bélgica	-5,6	-3,7	-3,7	-4,0	95,7	95,7	98,0	99,8
Alemanha	-3,1	-4,2	-0,8	0,1	74,5	82,5	80,0	81,0
Irlanda	-13,7	-30,6	-13,1	-8,2	64,4	91,2	104,1	117,4
Grécia	-15,7	-10,7	-9,5	-9,0	129,7	148,3	170,3	156,9
Espanha	-11,1	-9,6	-9,6	-10,6	54,0	61,7	70,5	86,0
França	-7,5	-7,1	-5,3	-4,8	79,2	82,4	85,8	90,2
Itália	-5,5	-4,5	-3,8	-3,0	116,4	119,3	120,7	127,0
Chipre	-6,1	-5,3	-6,3	-6,4	58,5	61,3	71,5	86,6
Luxemburgo	-0,7	-0,8	0,1	-0,6	15,5	19,5	18,7	21,7
Malta	-3,7	-3,5	-2,8	-3,3	66,5	66,8	69,5	71,3
Países Baixos	-5,6	-5,1	-4,3	-4,1	60,8	63,4	65,7	71,3
Áustria	-4,1	-4,5	-2,5	-2,5	69,2	72,3	72,8	74,0
Portugal	-10,2	-9,8	-4,3	-6,4	83,7	94,0	108,2	124,1
Eslovénia	-6,3	-5,9	-6,3	-3,8	35,2	38,7	47,1	54,4
Finlândia	-2,5	-2,5	-0,7	-1,8	43,5	48,7	49,2	53,6
Eslováquia	-8,0	-7,7	-5,1	-4,5	35,6	41,0	43,4	52,4
Estónia	-2,0	0,2	1,1	-0,2	7,1	6,7	6,1	9,8
Bulgária	-4,3	-3,1	-2,0	-0,8	14,6	16,2	16,3	18,5
Croácia	-5,3	-6,4	-7,8	-5,0	36,6	44,9	51,6	55,5
República Checa	-5,8	-4,7	-3,2	-4,4	34,6	38,4	41,4	46,2
Dinamarca	-2,7	-2,5	-1,8	-4,1	40,7	42,7	46,4	45,4
Letónia	-9,8	-8,1	-3,6	-1,3	36,9	44,4	41,9	40,7
Lituânia	-9,4	-7,2	-5,5	-3,2	29,3	37,8	38,3	40,5
Hungria	-4,6	-4,3	4,3	-1,9	79,8	82,2	82,1	79,8
Polónia	-7,5	-7,9	-5,0	-3,9	50,9	54,9	56,2	55,6
Roménia	-9,0	-6,8	-5,6	-3,0	23,6	30,5	34,7	37,9
Suécia	-0,7	0,3	0,2	-0,2	42,6	39,4	38,6	38,2
Reino Unido ^(a)	-11,4	-10,1	-7,7	-6,1	67,1	78,4	84,3	88,7

Fonte: Eurostat, *Euro-indicators*, 23 de outubro de 2013.

Nota: ^(a) Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de abril do ano X a 31 de março do ano X+1).

No contexto europeu, em 2012, o défice orçamental português situou-se acima da média da área do euro em 2,7 p.p. do PIB, sendo que onze dos dezassete países apresentam défices superiores a 3% do PIB, bem como a própria média da área do euro (Quadro 3 e Gráfico 1).

Gráfico 1: Saldo Orçamental e Dívida Pública em 2012



Fonte: Eurostat, *Euro-indicators*, 23 de outubro de 2013.

É de salientar ainda que, em 2012, quatro dos onze países da área do euro com um procedimento aberto por défice excessivo, Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal, encontram-se sob programas de assistência financeira (Quadro 4).

Quadro 4: Países com procedimento por défice excessivo em 2012

País	Decisão do Conselho sobre a existência de défice excessivo	Prazo limite para a correção
Chipre	13 de Julho de 2010	2016
Áustria	2 de Dezembro de 2009	2013
Bélgica	2 de Dezembro de 2009	2013
Holanda	2 de Dezembro de 2009	2014
Portugal	2 de Dezembro de 2009	2015
Eslovénia	2 de Dezembro de 2009	2015
Eslováquia	2 de Dezembro de 2009	2013
França	27 de Abril de 2009	2015
Irlanda	27 de Abril de 2009	2015
Grécia	27 de Abril de 2009	2016
Espanha	27 de Abril de 2009	2016
Dinamarca	13 de Julho de 2010	2013
República Checa	2 de Dezembro de 2009	2013
Polónia	7 de Julho de 2009	2014
Malta	21 de Junho de 2013	2014
Reino-Unido	8 de Julho de 2008	2014/15*

*Ano Financeiro

Nota: No caso de Portugal, encontra-se em processo de aprovação o adiamento do prazo limite para a correção do défice excessivo para 2015.

Apesar da redução dos défices orçamentais, a dívida pública mantém a tendência de crescimento, situando-se em 82,5% na União Europeia e em 87,2% do PIB, na área do euro. Atualmente, catorze Estados-membros registam rácios da dívida superiores ao valor de referência de 60% do PIB (Quadro 3).

Ajustamento de passagem do défice à variação da dívida

Em 2012, Portugal registou um ajustamento défice-dívida significativo, o qual reflete a aquisição líquida de ativos financeiros, nomeadamente as operações de reforço de capital do sistema bancário, com recurso a

capitais públicos, e o aumento de depósitos. Adicionalmente, os outros ajustamentos são influenciados pela redução das dívidas a fornecedores, principalmente no sector da saúde.

Quadro 5: Ajustamento défice – dívida em Portugal

	(% PIB)			
	2009	2010	2011	2012
Ajustamentos <i>Stock-Flow</i>	0,4	2,6	9,0	5,2
Aquisição líquida de activos financeiros	0,6	2,8	8,3	2,9
Moeda e depósitos	-0,3	0,4	6,0	0,7
Títulos excluindo acções	0,2	-0,3	0,1	3,7
Empréstimos	-0,1	0,7	0,3	0,7
Acções e outras participações	0,6	0,9	-0,2	-0,7
Outros activos financeiros	0,3	1,0	2,2	-1,6
Outros ajustamentos (ajust.+discrep.est.)	-0,3	-0,1	0,6	2,4

Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustments for the Member States*, October 2013.